

O CONTEXTO DITATORIAL BRASILEIRO E A POLÍTICA DE APAGAMENTO DA MEMÓRIA

Luziane Boemo Mozzaquatro©

RESUMO©

Este trabalho centra-se no estudo do conto *Os Sobreviventes*, de Caio Fernando Abreu, e do filme *Quinze Filhos*, com o objetivo de analisar as representações da política de memória coletiva, voltada para o esquecimento do histórico do autoritarismo do período da Ditadura Militar.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar, repressão, memória.

INTRODUÇÃO

O processo histórico-social do Brasil é marcado, desde o período colonial até o republicano, por práticas autoritárias (Ginzburg, 1999). No passado colonial, o governo português, através de uma política exploratória, empreendeu o extermínio de milhares de indígenas. Durante o império, foi a escravidão que serviu de suporte ao governo, com a manipulação e repressão dos indivíduos através da violência. No governo republicano, em especial na segunda metade do século XX, o Brasil enfrentou um período de forte autoritarismo e repressão, marcado por torturas, prisões, exílios, extermínios de pessoas ou grupos contrários ao governo. Era o período Ditatorial, instaurado no Brasil de 1964 a 1985.

O regime autoritário estabelecido no país garantia espaço para distintas atrocidades, crianças eram bruscamente separadas de seus pais, ou até mesmo mortas, homens e mulheres eram submetidos a choques elétricos, pau-de-arara, entre outras agressões físicas e humilhações. É importante remeter neste ponto ao artigo de Regina Dalcastagné, *O Sorriso dos Canalhas*, em que, ao abordar a questão da presença da dor em romances, faz alusão aos sofrimentos das vítimas da Ditadura: "Em 21 anos de ditadura foram tantos os mortos, os torturados e os humilhados que faltaria espaço onde refugiar toda a sua dor" (1996: 15).

Nessa perspectiva, ao considerar este contexto opressor, podemos dizer que a constituição do sujeito como a reconstituição de toda sua experiência se abala. Como se não bastasse essa realidade que desestabiliza o sujeito e atinge profundamente sua memória, há ações do próprio governo para suprimir contestações às atrocidades estatais. Houve o desenvolvimento de vários tipos de estratégias, como a política de esquecimento do histórico do autoritarismo. Esse aspecto nos remete ao artigo de Caplán *Todas las memorias la memoria: las cárceles uruguayas em la obra de Mauricio Rosencof*, em que Caplán fala da política de "desmemoria voluntaria", difundida pelo presidente Julio María Sanguinetti após o término do período ditatorial do Uruguai. Segundo Caplán, essa política objetivava "descalificar a aquellos que reclamaban verdad y justicia (...) la memoria sería, más que un freno para la sociedad uruguaya, algo que la haría avanzar a ciegas" (2001: 68). Nesse sentido, conforme o autor, buscava-se uma política que impedisse o confronto com os militares, em que os indivíduos não tivessem espaço nem direito para reivindicar punição aos seus agressores.

No Brasil, a realidade não se desenrolou de modo distinto. Terminado o período Ditatorial, os responsáveis por torturas e extermínios permaneceram em liberdade, sem punição. O que se processou foram estratégias para garantir o poder do Estado e evitar o protesto às ações ditatoriais. As pessoas, libertas de um regime opressor e em meio a um contexto dito democrático, viam-se perdidas e desamparadas, sem ter alguém a quem recorrer para exigir justiça. Ana Maria Machado, num encontro de intelectuais brasileiros nos EUA, ao referir-se às punições aos contestadores do regime autoritário, declara: "Em nome destas questões fomos para as ruas, para os cárceres e para o exílio, muitos desapareceram e foram

mortos, nenhum dos responsáveis foi julgado ou ao menos exposto à execração da opinião pública. Muitos deles ou dos que foram seus cúmplices estão no governo hoje, ainda ou novamente, sem consulta ao eleitorado e em nome da democracia. E o país muitas vezes parece se esquecer” (1994: 87). Aliado à ausência de condenação aos torturadores, percebemos, então, essa tendência ao esquecimento de suas ações desumanas, tornando viável a volta deles ao comando da nação e permitindo que a realidade opressora possa se repetir.

Há também a resistência por parte dos próprios torturados em não recordar suas experiências conflitantes e degradadoras, como uma alternativa para “viver”. Essa afirmação está em consonância com a de Márcio Seligmann-Silva, em seu artigo intitulado *A História como Trauma*: “O silenciar alia-se, muitas vezes, ao viver” (2000: 90). Seligmann recorre ao relato *L'écriture ou la vie* de Jorge Semprun, um sobrevivente de Buchenwald, que diz que o esquecimento foi necessário para que ele pudesse continuar vivendo: “o esquecimento: a vida tinha esse preço. Esquecimento deliberado, sistemático da experiência do campo (...) Eu tinha que optar entre a escritura e a vida e eu optei pela última” (2000: 90).

Além disso, um outro fator reforçou a investida para o esquecimento das barbáries enfrentadas pela população: o fato de a história dos vencedores, e não a dos vencidos, ser o foco de abordagem da historiografia vigente. De acordo com Gagnebin, as vitórias são consideradas “manifestações do mais forte”, sem qualquer questionamento sobre as condições preestabelecidas que determinam uma luta desigual. O sucesso transforma-se, então, “em prova de validade histórica”, não restando espaço para mostrar-se o outro lado da história, a dos oprimidos.

1. Estudo do conto *Os Sobreviventes*, de Caio Fernando Abreu

O conto *Os Sobreviventes* está estruturado em um único parágrafo, em que se estabelece um diálogo entre duas personagens (mulher e homem), cujas vozes cruzam-se constantemente, revelando na própria estrutura fragmentária do texto uma forte perturbação das personagens. Estas expõem incertezas e

desilusões, que ultrapassam os limites do universo ficcional e apresentam um questionamento sobre a sociedade, o tempo em que estão inseridas, como ainda, sobre o homem que representam. Conforme Fernando Arenas (1992: 56), essas personagens são “sobreviventes duma geração que lutou contra a ditadura (...) que acreditou em tudo, fez de tudo, e que, nos anos 80, só conserva ‘um gosto azedo na boca’, ‘um nó no peito’”. Nesse sentido, podemos inferir que a descrença em um futuro digno e melhor é visível (“claro que deve haver uma espécie de dignidade nisso tudo, a questão é onde?” (Abreu, 1984: 16)). Não há espaço de motivação para mudanças, se todas as tentativas de ação, de mobilização chocam-se com medidas repressoras por parte do Estado.

Pela fala das personagens, podemos perceber que as tentativas foram frustrantes, sofridas e o que resta é o desejo de esquecer tudo o que se passou: “Mas tentamos tudo, eu digo, e ela diz que sim, tentamos tudo (...) mas foi uma bosta. Que foi que aconteceu, que foi meu Deus que aconteceu (...), e não queria lembrar mas não saía da cabeça...” (Abreu, 1984:14).

Acrescido a esse aspecto, está a alusão explícita às matanças efetuadas na década de 70, presenciadas pelas personagens, cujo trauma dessa experiência ainda não foi superado. Podemos dizer que este problema é coletivo e eles são sobreviventes dessa geração massacrada pelo sistema: “as pessoas se transformavam em cadáveres decompostos à minha frente” (Abreu, 1994:16). Essa afirmação estabelece um diálogo com a tese de Fernando Arenas, em um artigo sobre *Morangos Mofados*, em que ele fala sobre a voz “ex-cêntrica”, a qual pode ser atribuída às personagens desse conto: “a voz ex-cêntrica é tida como voz marginalizada e/ou minoritária quanto à classe social, raça, etnia, identidade sexual e/ou sexualidade face a um poder hegemônico branco, masculino, heterossexual e burguês” (1992:54). Nessa perspectiva, podemos inferir que essas vozes, num contexto mais amplo, representam todas as pessoas marginalizadas e oprimidas, que ficam à mercê das decisões políticas, sem espaço para reivindicar seus direitos, e sim, impregnadas de deveres e submissões a todo tipo de dominação.

Todo o histórico opressor teve conseqüências negativas na vida das personagens, que, embora passado o período de torturas e violências explícitas, permaneceram com um sentimento de vazio e angústia: “ando angustiada demais, meu amigo, palavrinha antiga essa, angústia, duas décadas de convívio cotidiano, mas ando, ando tenho uma coisa apertada aqui no meu peito, um sufoco, uma sede, um peso...” (Abreu, 1994:15). É como se todas as esperanças de uma vida feliz, tranqüila, tivessem se perdido em meio ao cenário obscuro, incerto do período de Ditadura.

O governo exercia grande influência na vida das pessoas, difundindo ideologias e conseqüentemente manipulando e forçando a população a aderir e/ ou respeitar as idéias por ele pregadas. Dessa experiência, só resta o desejo de esquecê-la, de deixá-la de lado para nunca mais atormentar as suas vidas, mas livrar-se dessa realidade parece impossível:

*ai que gracinha nossos livros de Marx, depois Marcuse (...) embaixo do braço, aqueles **sonhos colonizados** nas cabecinhas idiotas, bolsas na Sorbonne, chás com Simone e Jean-Paul nos 50, em Paris; 60 em Londres ouvindo here comes the sun here comes the sun, little darling; 70 em Nova Iorque dançando disco-music no Studio 54; 80 a gente aqui, mastigando essa coisa porca sem conseguir engolir nem cuspir fora nem esquecer esse gosto azedo na boca (Abreu, 1984:15 – negrito meu).*

Há uma busca contínua e desesperada para as personagens conseguirem libertar-se dessas experiências perturbadoras. Por meio da fala de uma delas e da estruturação descontínua do discurso (mudança de assunto sem qualquer indicação e pouca pontuação), percebemos o quanto toda essa situação incomoda e desestabilizá-as:

Já li tudo, cara, já tentei macrobiótica psicanálise drogas acupuntura suicídio (...) marxismo candomblé boate gay ecologia, sobrou só esse nó no peito, agora o que faço? (...) às vezes acendo vela, faço reza, queimo incenso, tomo banho de arruda, jogo sal grosso nos cantos, não te peço solução nenhuma, você vai curtir os seus nativos de Sri Lamka depois me manda um cartão-postal contando qualquer coisa como

ontem à noite, à beira do rio, deve haver um rio por lá, um rio lodoso... (Abreu, 1984:15).

Neste trecho, suspende-se a pontuação, pois do ponto de vista psicolingüístico, o encadeamento lógico de pensamento foi perdido. Nesse sentido, ao articular forma e conteúdo, Caio Fernando Abreu mostra que essa personagem perdeu a capacidade de estabelecer relações lógicas entre as partes de seu discurso, expressando que sua experiência não possui um sentido lógico organizado. A forma como esse discurso foi estruturado causa, no entanto, um impacto maior no leitor do que se fosse estruturado de modo linear, porém, dessa maneira, revela-se muito mais sobre as personagens, pois mostra-se o trauma que as acompanha e que não as permite estabelecer uma fala ordenada e racional.

As lembranças da realidade opressora têm repercussões na vida da personagem feminina, mantendo-se presente em seu cotidiano. Um comentário de Shoshana Felman sobre “acidente e testemunha”, em seu artigo *Educação e Crise ou as Vicissitudes de Ensinar*, alude para sentimentos como esses vividos pela personagem feminina: “Se é o acidente que persegue a testemunha, é o caráter compulsivo da testemunha que está sendo destacado: a testemunha é ‘perseguida’, ou seja, ao mesmo tempo coagida e atada ao que, no impacto inesperado do acidente, é igualmente incompreensível e inesquecível. O acidente não solta: é um acidente do qual a testemunha não consegue mais se libertar” (2000:35). A opinião de Felman, somada à de Dalcastagné, reforça a idéia de que as experiências vivenciadas pelos torturados apresentam dimensões extremas, a ponto de não se separar da vítima em nenhum momento, mesmo que a tentativa de esquecê-las seja persistente.

A personagem masculina ainda possui uma grande vontade para fugir dessa dor que a persegue, ela ainda apresenta um ideal de resistência, o que não acontece à personagem feminina que prefere submeter-se aos sacrifícios a ela impostos: “caímos exatamente na mesma ratoeira, a única diferença é que você pensa que pode escapar, e eu quero chafurdar na dor deste ferro enfiado no fundo na minha garganta” (Abreu, 1994:16). Ela é uma pessoa que viveu muitas perdas e não as superou, achando, portanto, melhor desistir de tudo,

jogando o ideal revolucionário para dentro da paralisia.

A chegada da noite, no final do conto, indica a impossibilidade de mudanças (“a noite já vem chegando”), os indivíduos não têm mais tempo, nem forças. A noite conota a idéia de solidão, desamparo, em que as personagens se encontram, pois não têm a quem expor seus sentimentos, suas aflições: “não tem jeito, companheiro, nos perdemos no meio do caminho e nunca tivemos mapa algum, ninguém dá mais carona” (Abreu, 1994:18). E aquelas pessoas que experimentaram e vivenciaram a tortura e com quem as personagens poderiam partilhar suas experiências, não estão mais presentes, morreram: “as pessoas se transformavam em cadáveres decompostos à minha frente” (Abreu, 1994:16). O impasse, portanto, é insolúvel e tem dimensões amplas, pois a morte dessas pessoas diminui as chances de um acesso e de um conhecimento pleno do histórico autoritário e repressor da Ditadura.

Considerando a frase “ninguém dá mais carona”, podemos perceber uma total indiferença quanto ao sofrimento das pessoas que se encontram sem direção. Não sabem a quem recorrer para solicitar ajuda como também não têm noção a quem dirigir o sofrimento a que estão expostos. Em uma relação com o contexto mais amplo da Ditadura, este estado dos personagens representa o da maioria da população, vítima de uma política de *collective guilt* (Duvenage, 1999:1). Sendo a culpa atribuída a todos, não há como identificar os reais culpados e puni-los, permanecendo uma situação de imobilidade e impotência.

É importante destacar ainda o uso da linguagem afro no final do conto. Esse recurso estabelece uma ligação entre o sofrimento dos torturados no período ditatorial e o sofrimento dos escravos, que também foram reprimidos e espoliados: “Axé, odara!”. Esse aspecto aponta para a permanência de atitudes brutais ao longo de nossa história, revelando que os tempos passam, as estruturas políticas e os governos mudam, mas as ideologias e as condutas mantêm-se inalteradas. O que acontece são rápidos ajustes e pequenas redefinições, voltando-se sempre ao mesmo ponto, sem condenação dos culpados, como afirma Amaral

Vieira: “O novo regime se preocupa com a redemocratização do país e a ninguém passou a interessar a apuração dos crimes políticos cometidos durante tantos anos de ditadura. Aos poucos os remanescentes do *ancien regime* são recrutados pela nova ordem e de uma forma ou de outra se manteriam à tona até aqui” (1975:78).

Numa leitura atenta desse conto, percebemos o quanto ele nos revela sobre aspectos mascarados de nossa história, ou melhor, abafados pelos dominadores. É necessário, então, fazer o que Gagnebin, em uma recorrência a Benjamin, afirma: “Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial” (1982:67). Isto quer dizer que a história transcende à historiografia vigente, o que está exposta por esta é o ponto de vista dos vencedores, portanto, um lado da história, o mais “leve” e menos cruel. E para conseguirmos mostrar essa outra versão, devemos dar voz àqueles que realmente sofreram todas as barbáries da Ditadura, como também recorrer àquela produção literária (tanto história quanto literatura) que relata essas experiências, no sentido de não deixar a memória diluir-se, o que poderia desencadear a volta desse passado agressor e trágico.

2. Estudo do filme *Quinze Filhos*, de Maria Oliveira e Marta Nehring

Em *Quinze Filhos*, um filme-documentário dirigido por Maria Oliveira e Marta Nehring, estão presentes quinze pessoas, filhos de torturados na época da Ditadura Militar Brasileira, entre elas as organizadoras do filme. Entre os tópicos abordados e testemunhados está a questão da clandestinidade, quais as repercussões da tortura, como eram as visitas aos presos, como era a vida no Brasil com todas aquelas injustiças, o que representava a figura paterna.

Esse documentário é dedicado aos pais e mães dos depoentes. É uma volta ao passado problemático e agônico que os envolveu e que ainda tem repercussões na vida das pessoas. Estabelece-se uma rememoração que não se desenrola de maneira plena e satisfatória; o caráter complexo e opressor das experiências vivenciadas não permitia uma acomodação dos fatos segundo uma perspectiva linear e racional.

Nesse sentido, “são expostos, as discontinuidades da subjetividade cuja constituição foi atingida, em seu cerne, pela opressão da História”(Ginzburg, 2000). Acompanhando os depoimentos, temos um fundo musical, de caráter fúnebre, estabelecido por uma música de Elis Regina que diz mais ou menos assim, conforme um dos depoentes: “perdoe a cara amarrada, perdoe a falta de ar, os dias eram assim”.

O relato das lembranças é problematizado devido ao contexto desumano que se viveu, há a dificuldade de formular uma opinião, as palavras não são suficientes. Sem conseguir falar fluentemente o que pensam ou lembram, os depoentes apresentam um discurso desordenado, obscuro: “sempre tive essa visão de que não é justo, não dá pra aceitar essa ..., quer dizer, essa ah... é difícil falar, essa... tirar assim a vida, o governo, ah, não sei” (Tessa Lacerda). Existe, desse modo, uma relação direta entre o modo de relatar as lembranças neste filme e uma série de experiências negativas enfrentadas pelas pessoas.

Como sabemos, as práticas autoritárias difundidas durante o regime ditatorial alteraram profundamente a vida das pessoas, o relacionamento entre membros da mesma família era de distanciamento, processando-se como se fossem seres desconhecidos uns dos outros. Os filhos não entendiam o que seus pais faziam (“Filhos de pessoas normais, a mãe é médica, o pai é engenheiro (...) e meus pais não tinham isso. A atividade profissional deles era muito complicada (...) aquilo, pra mim, era muito misterioso” (Priscila Arantes)), como também, em outros casos, não podiam revelar a sua paternidade, como forma de segurança e garantia de sobrevivência. Essa afirmação pode ser inferida da fala de Marta Nehring, ao comentar as relações afetivas tensas e interrompidas dela com seu pai: “o meu pai desceu do elevador e nós não estávamos juntos (...) a porta abriu (...) mas eu não podia falar que eu era filha”. Uma relação natural entre pais e filhos estava impossibilitada, pois poderia comprometer uma família inteira. Em outras palavras, sendo o indivíduo identificado como um guerrilheiro, um subversor da ordem vigente, tropas militares imediatamente viriam a sua casa prender o revolucionário, quando não estabeleciam o extermínio geral de toda a família.

Nessa perspectiva, os contrários às atividades do governo eram obrigados a viver na clandestinidade, o que provocava consequências negativas a seus descendentes e/ou parentes próximos. A formação do indivíduo se pautava numa ausência, lacuna, pois faltava a figura paterna e/ou materna para que a constituição do sujeito estivesse completa: “Eu não lembro qual é a referência que me davam dela, são coisas na verdade de fotos (...) uma lembrança construída” (Chico Gariba). Essa falta encravada na pessoa não a deixa sossegada, tendo que ir buscar algo concreto, verdadeiro, para que pudesse estabelecer-se integralmente. Reconstituir a figura do pai, saber realmente o que fazia, mostrava-se necessário para que o filho não fosse um ser perdido, sem compreender a si próprio (“Eu fui atrás das pessoas que militaram com ele, eu tentei realmente reconstituir um pai, eu tento isso porque é um jeito de... de eu me entender hoje” (Marta Nehring)). Em muitos casos, esse distanciamento da figura paterna fazia com que se criasse uma imagem utópica do pai, como um “herói de gibis”, como se pessoas da mesma família pertencessem a mundos distintos (real e imaginário), sendo o mundo imaginado semelhante a um “conto de fadas”, que fica somente no nível abstrato, nunca tornando-se real, concreto (Meu pai, pra, pra mim, na minha visão de, de, até começo da adolescência, sempre foi (...) um herói, mas na minha infância era um herói de, de gibis, de historinhas, de, de...”(irmão de Wladimir).

Além dessa ausência da figura do pai e da mãe, os indivíduos enfrentavam a resistência da revelação dos fatos reais, ocultadas pelas próprias pessoas da família. Era o que podemos chamar “política do silêncio ou ainda do esquecimento”, quanto menos se falasse ou se conhecesse sobre os envolvidos em guerrilhas e os planos destes contra o governo, mais fácil para garantir a vida e evitar a tortura (“Até os dezoito anos, Rossana não sabia que era filha de guerrilheiros”). Como podemos perceber, a ação do governo era tão eficiente e ameaçadora, que suas estratégias de ocultação e subversão da realidade reproduziam-se constantemente nas estruturas civis da sociedade, fato que pode ser comprovado pela fala de um dos filhos de vítimas de opressão: “Naquele momento, minha mãe, pra me proteger um pouco, é, não deixava as coisas

muito claras, seu pai morreu num acidente, só que meu irmão tava junto, ele já sabia o que é que tinha acontecido e na hora ele falou não (...) o nosso pai foi morto, foi assassinado”.

Somada a essas estratégias, estava a idéia de anonimato ou falsificação do nome, como uma forma de burlar a ação repressora do governo sobre os revolucionários. Esse último aspecto determinou uma séria sensação de incompletude nas pessoas, que viam seus laços familiares alterados; não tinham o mesmo sobrenome dos pais, isso era difícil de ser assimilado (“Você nasce clandestino, você tem um outro nome, apesar de ser Priscila, tinha um outro sobrenome, o nome da minha mãe era outro, do meu pai era outro, enfim” (Priscila Arantes)). É como se os pais não quisessem transpor os seus sobrenomes aos filhos para, desse modo, protegê-los.

Outro aspecto importante que podemos observar é a impossibilidade de esquecer experiências devido ao caráter desumano que as caracteriza (“e aí eu vi este rapaz que eu jamais vou esquecer (...) ele chegou perto de meu pai, pôs a arma na cabeça e atirou”(Telma Lucena)). É uma “dor encucada”, uma experiência que não deixa o indivíduo (“E até hoje eu sonho com guerra, eu tenho essa coisa de guerra na minha cabeça” (Marta Nehring)).

Uma incapacidade de discernimento entre o real e o imaginário também é visível (“e ele é morto e você fica assim: meu Deus, será que é isso mesmo que aconteceu? (...) ou será que estou imaginando tudo isso que aconteceu? (...) porque foi assim um assassinato brutal” (Denise Lucena)). Neste ponto, é importante recorrer à afirmação de Seligmann-Silva a respeito do que foi constatado em alguns filmes-documentários sobre a Shoah: “há um predomínio de cenas extremamente violentas e insuportáveis, os expectadores simplesmente não aceitavam a realidade do terror, eles como que negavam totalmente o visto, tomando-o como mentira” (2000:95).

No depoimento de Maria Oliveira sobre o modo como foi tratada quando foi ver a mãe na prisão, também podemos constatar uma dificuldade de estabelecer o que realmente ocorreu ou que foi imaginado/ desejado: “eu levei um saco de pipoca para minha mãe e a mulher abriu o saco de pipoca (...) remexeu o saco de pipoca e aquilo me deu uma...me deu

uma revolta tremenda (...) e a lembrança que eu tenho é de que bati muito nessa mulher ou pelo menos tive vontade de fazer isso”. Essa falta de limite entre o real e o irreal pode ser explicada por Seligmann-Silva, ao falar sobre as conseqüências negativas do Holocausto: “A conseqüência dessa vivência extremamente intensa é a destruição do consciente e da capacidade de discernimento entre o real e o irreal” (2000:92).

A violência e o terror eram constantes e apresentavam repercussões negativas tanto no nível físico quanto psicológico das pessoas. Estas, vítimas de torturas extremas, chegaram ao ponto de não ser reconhecidas pelos próprios familiares, pois estavam completamente transfiguradas, transformadas num “outro ser”, “um estranho”: “eu não reconheci minha mãe(...) ela tinha apanhado tanto que estava deformada. Pra mim, era um ser, não era a minha mãe” (Telma Lucena).

Além dessas estratégias de violentação física, eram construídas pelo Estado imagens negativas dos opositores ao Governo, havendo manipulações ideológicas que alteravam as relações entre os indivíduos. Criou-se uma visão de seres perigosos, capazes de influírem negativamente na vida das outras pessoas. Estratégias para desqualificar os subversores do Estado e não possibilitar que formassem um grupo forte, unido, mais poderoso que a Instituição Estatal, o que provocaria um desequilíbrio na estrutura do Estado e abalaria o seu poder diante à sociedade.

Em vista desses aspectos, não há como alcançar uma constituição plena de sujeito, cuja memória está fragmentada, “em ruínas”, como a própria realidade na qual está inserido. A dor, em conseqüência, era tão forte, que bloqueava a própria comunicação, não permitindo o estabelecimento de diálogo entre as pessoas: “A dor, a dor, eu acho era tão grande que eu não tinha como me abrir, mesmo com, com amigos”.

A angústia pela saudade dos pais levava ao cultivo de idéias/ planos extremos e precipitados como o de resgatar os entes queridos da prisão, que na consciência deles não era prisão como as que temos conhecimento, mas locais para serviço, que não permitiam que “seus empregados” fossem liberados (“e daí pegar um táxi e ir no trabalho

da Nonola e do Ricardo, tirar eles do trabalho (...) então eles iam poder sair daquele trabalho que era o único trabalho que não deixava a pessoa ir em casa"). Nesse ponto, é relevante destacar como tudo que estava relacionado com a atitude opressora do Estado estava *encoberto por uma névoa de mistérios* e as pessoas não conseguiam atingir e compreender o verdadeiro sentido dos acontecimentos.

Juntamente com essa incompreensão dos fatos e a angústia, estava a indignação dos filhos, que acreditam que a sociedade tem culpa pelo golpe, devendo compensá-las pelas perdas afetivas e os sofrimentos: "Eu achava que a sociedade me devia alguma coisa, porque, se não tivessem deixado o golpe acontecer, eu não tinha sofrido isso" (Janaína Telles). Nesse sentido, os depoimentos se encerram com uma voz de reivindicação, "colocar um ponto final", acreditar que toda essa história, marcada por perdas, lacunas nunca preenchidas, acabou, é tratar como algo banal, ignorando todos os atos atrozados vivenciados ("o meu tio levou um tiro pelas costas, na coluna, ficou paraplégico, levaram ele assim pra Brasília, torturaram ele, não sei quanto tempo e morreu assim" (Janaína Telles)). Deseja-se antes um reconhecimento desses fatos que correm o risco de permanecer no esquecimento, sem punição dos culpados. Em uma alusão a um encontro de intelectuais que discutiam sobre a situação do Brasil transformado pela Ditadura e sobre o papel que os diversos agentes culturais deveriam desempenhar na transição e na consolidação da democracia, Sosnowski remete a essa necessidade de não se deixar para trás a memória de dor e sofrimento de muita gente, o que proporciona o livre trânsito de autoridades repressoras: "Foi também que se falou eloqüentemente do imperatário ético que recai sobre os intelectuais para sustentar a memória, e da capacidade de arte para impedir que a memória histórica se desvaneça como se diluiu a justiça na impunidade das negociatas políticas" (1994:14).

CONCLUSÃO

Após a análise e a abordagem reflexiva do conto *Os Sobreviventes* e do filme *Quinze filhos*, observamos que ambos possuem um valor testemunhal de um momento singular em nossa história coletiva, conduzindo-nos a uma reflexão comprometida e séria sobre uma

realidade tão profunda e degradadora da condição humana e que, portanto, não pode ser esquecida, como a Ditadura Militar. Tal assertiva pode, no entanto, ser posta em diálogo com a afirmação de Duvenage, ao recorrer a Krong: "Victims and their families must be allowed to tell the stories of their experiences in a way that respects each individual's language, words, accent and rhythm (p. 11). Isto quer dizer que às vítimas e a seus descendentes deve ser garantido o espaço para exporem seus testemunhos, impedindo que as experiências de opressão se percam ou, usando palavras de Ignácio de Loyola Brandão, evitar que "escoassem para o esgoto da história, formando um alibi ao sistema duro e desumano que imperava sobre o Brasil" (1994:179).

Une-se a essa expectativa a idéia de que precisamos garantir o estabelecimento de uma outra história, a história da barbárie, atividade esta já atribuída por Benjamin ao historiador materialista, segundo Gagnebin. Pois esta é uma forma tanto de não deixarmos enterrada e esmagada a história dos vencidos, como ainda, de não permitir que o passado repressor seja vivido novamente. Essa conduta evitará ainda que educadores e seus livros didáticos continuem abordando superficialmente e, em muitos casos, de forma banal as experiências traumatizantes enfrentadas pela população brasileira.

Faz-se necessário, como assinalou Sosnowski, a urgente elaboração das "perdas desses anos como dolo, como um luto nacional que exhibe cicatrizes que não podem ser ocultadas, e muito menos apagadas" (1994:15). Mais adiante, Sosnowski acrescenta: "O culto à memória pode ser uma vã obsessão; a prática interiorizada da memória, por outro lado, alenta a possibilidade do 'nunca mais' que deve definir o Brasil e cada um dos países do Cone Sul que compartilharam das ditaduras" (1994:18). Não devemos, portanto, colaborar com a política conservadora que busca meios de conduzir ao esquecimento o que se passou, mas cultivar a cada dia a lembrança e a reflexão desses aspectos que constituíram nossa história. Isso representaria um exercício permanente de luta, protesto, informando as gerações futuras o que aconteceu e, a qualquer momento, pode voltar. É um compromisso que temos com nossos descendentes e continuadores dessa história

que se quer não mais marcada pelos ímpetos da violência e do autoritarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Caio Fernando. *Os Sobreviventes*. In: _____. **Morangos Mofados**. São Paulo: brasiliense, p.17-22, 1984.
- ARENAS, Fernando. *Estar entre o lixo e a esperança: Morangos Mofados de Caio Fernando de Abreu*. **Brasil/Brazil**. Ano 5, n. 8. 1992.
- CAPLÁN, Raúl. *Todas las memorias la memoria: las cárceles uruguayas e la obra de Mauricio Rosencof*. **L'Ordinaire Latin American**. Université de Toulouse, nº 133, p. 67-75, jan-mar: 2001.
- DALCASTAGNÉ, Regina. *O sorriso dos Canalhas*. In: _____. **O Espaço de Dor. O Regime de 64 no Romance Brasileiro**. Brasília: Ed. UNB, p. 15-25, 1996.
- DUVENAGE, Pieter. *The politics of memory and forgetting after Auschwitz and apartheid*. **Philosophy e Social Criticism**. **PHILOSOPHY & SOCIAL CRITICISM**. London: Sage Publication, v. 25, n. 3, p. 1-28, 1999.
- FELMAN, Shoshana. *Educação e Crise ou as Vicissitudes do Ensinar*. In: NETROVSKI, Arthur & SELIGMANN-SILVA, Márcio, orgs. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marte. *Memória e Libertação*. In: _____. **Walter Benjamin: os cacos da história**. São Paulo: Brasiliense, p. 61-82, 1982.
- GINZBURG, Jaime. *A Violência Constitutiva: Notas sobre Autoritarismo e Literatura no Brasil*. Universidade Federal de Santa Maria. Edição Especial Quinto Centenário. n. 18/19, p.121-144, jan/dez 1999.
- MACHADO, Ana Maria. *Da resistência à Transição: a Literatura na Encruzilhada*. In: SOSNOWSKI, Saul & SCHWRTZ (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 75 -89.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Literatura e Resistência*. In: SOSNOWSKI, Saul & SCHWRTZ (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 175 -183.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A História como Trauma*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio & NETROVSKI, Arthur, org. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, p. 73-98, 2000.
- SOSNOWSKI, Saúl. *Contra os consumidores do esquecimento*. In: SOSNOWSKI, Saul & SCHWRTZ (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 11-18, 1994.
- VIEIRA, Amaral R. A. **Intervencionismo e Autoritarismo no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1975.

NOTA

© Acadêmica do Curso de Letras da Universidade Federal de Santa Maria e integrante do Projeto Integrado Literatura e Autoritarismo, coordenado

pelo Prof. Dr. Jaime Ginzburg e pela Profa. Dra. Rosani Ketzer Umbach.